


**ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS REALIZADA EM DATA DE 31 DE AGOSTO DE 2016.**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 15:00 horas, no Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Dr. Jamil Amil Albuquerque de Hollanda Ferreira, reuniu-se o **COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO**. Estiveram presentes à reunião os seguintes componentes: **JAMIL AMIL A. DE HOLLANDA FERREIRA, HELESTRON SILVA DA COSTA, RENATO BARBOSA PEDORSA FERREIRA, GUSTAVO LUIZ FRANCISCO DE MACÊDO e SANDRA MARA** representando **RAQUEL FAIÃO RODRIGUES**. Ausente a Dra. Maria Lúcia de Fátima B. Pirauá, membro da presente comissão, por motivo de saúde. Considerando como pauta central a discussão acerca da elaboração do orçamento do Poder Judiciário para o ano de 2017, primando pela valorização do primeiro grau de jurisdição, foram analisadas as respostas aos memorandos encaminhados ao FUNJURIS, à Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas-DAGP, e à Corregedoria Geral da Justiça, onde ficou evidenciado que os mesmos não atenderam integralmente ao requerido. Em relação à solicitação realizada ao FUNJURIS, apenas um item foi respondido a contento, o que diz respeito à possibilidade do custeio das despesas com publicidade e propaganda do Poder ser absorvida por aquele Órgão, oportunidade em que se decidiu solicitar que o contrato celebrado com o Tribunal para tal fim seja apostilado, visando à substituição da dotação orçamentária do Tribunal para o FUNJURIS. No tocante aos demais itens constantes no memorando nº 367-276/2016, as considerações apresentadas não foram satisfatórias, de modo que, por unanimidade, ficou decidido que será reiterado o memorando àquele Fundo Especial para melhores esclarecimentos. No que se refere à resposta da DAGP, também não atendeu ao solicitado, visto que os dados apresentados se referem ao ano de 2014, inclusive, a própria diretoria, ressaltou em seu memorando que não foi possível listar o quantitativo de servidores efetivos que ocupam cargo em comissão e o quantitativo de funções comissionadas, de modo que, por unanimidade, ficou decidido que será reiterado o memorando àquela diretoria para complementação das informações solicitadas. Em relação ao ofício nº 198-276/2016, encaminhado à Corregedoria-Geral da Justiça, não se obteve resposta. Em contato com o Secretário-Geral daquele Órgão Disciplinar, fomos informados que o Corregedor-Geral se encontra de férias e que o Desembargador substituto, tão logo tomasse conhecimento do solicitado, autorizaria a remessa das informações. Ficou decidido encaminhar novo memorando à Corregedoria, reiterando o que já fora solicitado, e acrescentando que sejam informadas as lotações de todos os servidores do primeiro grau por unidade judiciária. Restou decidido também que tão logo tenhamos conhecimento da real carência de servidores do Poder, seja realizado um impacto financeiro para contemplar o preenchimento destas vagas para inclusão no orçamento de 2017, objetivando a realização de concurso público, respeitando-se, obviamente, o limite de gastos com pessoal disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação às obras realizadas pelo Poder, assunto também tratado na reunião, restou decidido que seja encaminhado ao Departamento Central de Engenharia e Arquitetura do Tribunal – DCEA memorando solicitando informações acerca do plano de obras do Tribunal conforme trata a Resolução CNJ 114/2010 e Resolução TJ/AL



007/2013.

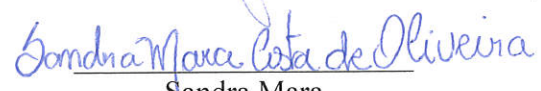
Em relação ao membro do Comitê Gestor, o Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly, então Juiz de Direito quando da instituição deste órgão, decidiu-se contatá-lo para saber do seu interesse em continuar participando do Comitê. Sendo negativa a resposta, restou decido solicitar ao Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas a indicação de outro magistrado para compor a referida comissão. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, desde já ficando marcada para o dia 06.09.16 às 15h, no mesmo local, a próxima reunião da Comissão. E para constar, eu , Renato Barbosa Pedrosa Ferreira, lavrei a presente ata que lida e achada conforme será assinada pelos demais membros presentes à reunião.

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Jamil Amil Albuquerque de Hollanda Ferreira

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Helestron Silva da Costa

  
\_\_\_\_\_  
Renato Barbosa Pedrosa Ferreira

  
\_\_\_\_\_  
Gustavo Luiz Francisco de Macêdo

  
\_\_\_\_\_  
Sandra Mara